

Os povos, as igrejas e o saque da mineração

O impacto da indústria minerária produz formas de resistências nas comunidades locais de todo o mundo. Eis o que contam os representantes dos movimentos protagonistas de uma luta que a Igreja endossa.

Edwin não se entrega. Ana e padre Joy também não. Com eles estão centenas de mulheres, homens e comunidades que de todos os rincões do globo combatem a batalha contra o gigante que ameaça devorar todos eles e o ambiente em que vivem. Este gigante é a indústria mineradora, com todo o rastro de violentos impactos que ela provoca. Atrás das escavações nas profundezas que ferem o terreno ou a desintegração das rochas para extrair materiais preciosos, estão as grandes companhias multinacionais e seus interesses, com seu potencial de intimidação contra quem quiser dificultar projetos maléficos para o ambiente e para os moradores locais. Porém, ao lado das comunidades em luta estão também as Igrejas locais que abraçaram a “opção preferencial para os pobres” que a encíclica do Papa Francisco *Laudato Si* declina desde as primeiras palavras no vocabulário ecologista, que a muitos observadores apareceu novo para a Igreja.

Padre Joy e Ana são apenas alguns dos protagonistas dessas lutas. Trinta deles, representantes das comunidades locais atingidas pela mineração, vindos da América, África e Ásia, reuniram-se em Roma para um encontro de três dias (17-19 de julho). O encontro, intitulado “**Unidos a Deus escutamos um grito**” foi promovido e organizado pelo Pontifício Conselho de Justiça e Paz, presidido pelo Cardeal Peter Turkson, com a colaboração da rede latino-americana *Iglesias y Minería*.

Às comunidades convidadas a Roma, o Papa em sua mensagem escrevia: “Se escute o grito de muitas pessoas, famílias e comunidades que sofrem direta ou indiretamente, a causa das consequências muitas vezes negativas das atividades de mineração. Um grito pelas terras perdidas; um grito pela extração das riquezas do solo que, paradoxalmente, não produz nenhuma riqueza para a população local que permanece pobre; um grito de dor em reação às violências, às ameaças e à corrupção; um grito de indignação e de ajuda pelas violações dos direitos humanos, de forma discreta ou descaradamente pisoteados no que diz respeito à saúde das pessoas, condições de trabalho, às vezes pela escravidão e tráfico de seres humanos que alimenta o fenômeno trágico da prostituição; um grito de tristeza e de impotência pela poluição da água, do ar e do solo; um grito de incompreensão pela falta de processos inclusivos e de apoio por parte das autoridades civis, locais e nacionais, que têm o dever fundamental de promover o bem comum”.

A resistência e a certeza na força de suas razões são a chave dos testemunhos que coletamos em Roma entre os representantes das vítimas da atividade minerária.

A invasão das multinacionais e o impacto da indústria minerária

A luta de Edwin Montenegro Davila tem seu centro num episódio acontecido a muitos quilômetros de distância de sua terra. “Em 2013 -conta o peruano de 39 anos, pertencente à etnia amazônica dos Awajun e representante também da etnia dos Wampis- fui visitar o Ministro do Meio Ambiente francês em Paris (à época o socialista Philippe Martin, ndr), também com a ajuda da associação *Secours Catholique*. Quando me apresentei, eu estava vestido de modo tradicional, com uma coroa de plumas de ave e roupa vermelha”. Viajou durante três dias para chegar à capital francesa, de barco e de ônibus até a cidade de Lima e, depois, de avião até a Europa. “O ministro ficou admirado ao ver-me em traje tradicional. Quando lhe apresentei as cartas contra a empresa mineradora, assinada pelo povo que represento – uma comunidade de 65.000 pessoas -, o ministro pediu desculpas mil vezes pela presença da empresa francesa e pelo mal que fizera a meu povo. ‘Prometo-lhe dialogar com a presidência e com a direção da companhia, e lhe escreverei em seguida’, me assegurou. Porém, desde então, nunca mais me respondeu”.

A companhia em questão é a petrolífera francesa Maurel et Prom. Junta à canadense Pacific Rubiales, que extrai gás e petróleo, e sob a direção da mineradora colombiana Afrodita, estas empresas são protagonistas da busca do ouro na província de Condorcanqui, na Amazônia peruana, iniciada em 2007. “Extraem ouro da montanha”, continua Edwin. “Mas deste modo sujam a fonte do rio Senepa (na divisa com o Equador). A sujeira desce para o vale através dos riachos”. A extração à céu aberto do ouro utiliza grande quantidade de cianeto, extremamente tóxico para as plantas e animais. Também o Papa alerta sobre os danos ambientais produzidos pela extração do ouro; na encíclica aponta: “Muitas vezes as empresas que assim operam são multinacionais que fazem aqui aquilo que não é permitido nos Países desenvolvidos ou do chamado Primeiro Mundo” (*Laudato Si*, 51).

O impacto ambiental das atividades minerárias é grande: “A água que chega às aldeias é contaminada, torna-se não potável, tanto que para beber estamos obrigados a procurá-la nas fontes mais altas”, prossegue Edwin. Assim,

os animais morrem. Mais de 3000 metros quadrados foram desmatados. “No início, nossas crianças tomavam banho no rio, mas de lá saíam com manchas e irritações de pele. Há tempos não vamos mais lá”, conta o porta voz dos Awajun. “Também atualmente não mais podemos comer os animais – que também bebem nas fontes poluídas - e os peixes que são prato tradicional de nossa cozinha”.

Além disso, há um efeito sobre a cultura: “Também foi aniquilado o artesanato, por ser perigoso à saúde extrair a argila com a qual há séculos criamos objetos”. A mina arrancou a alma dos índios.

Comunidades locais, resistência global

Ninguém jamais pediu às comunidades da Amazônia sugestão sobre a implantação da mineração. As multinacionais, parece, não tem costume de fazê-lo. Isso, porém, é imposto pela Organização Internacional do Trabalho, ao prescrever “consulta prévia, livre e informada dos povos aborígenes ou indígenas para todos os projetos que se instalam nos seus territórios” ([Convenção 169](#)). “É indispensável dar maior atenção às comunidades aborígenes com suas tradições culturais”, avisa o Papa na encíclica (*Laudato Si*, 143), que devem se tornar “os principais interlocutores, sobretudo no momento em que se avança com grandes projetos que interessam os seus espaços”.

Desde o Peru à Guatemala é sempre a mesma coisa. Ana Sandoval (22 anos) tomou parte da luta da comunidade de San José del Golfo e San Pedro Ayampuc, na Guatemala. A área de onde provem foi invadida anos atrás por um projeto minerário chamado “Progreso 7 Derivada”. O projeto é parte de um plano mais amplo com 15 áreas de exploração, todas concentradas num país pequeno e já muito explorado como é Guatemala.

A extração de ouro e prata é obra da companhia guatemalteca [Exmingua](#), subsidiária da estatunidense [Kappes Cassidy & associated \(KCA\)](#), junta à canadense [Radius Gold](#). Três multinacionais num território restrito e ainda habitado por comunidades indígenas, minorias étnicas muitas vezes não protegidas pelos Estados – ou protegidas apenas no papel.

Toda a área onde vive Ana está sujeita à contaminação pelo arsênico, de maneira que a concentração deste elemento encontrado na comunidade San José é muito maior do que os limites aconselhados pela Organização Mundial da Saúde.

As rochas da região já contêm naturalmente grande quantidade deste elemento, que polui tanto a água quanto o ar. Quando uma empresa mineradora inicia a sua atividade de extração, libera-se o arsênico contido nas rochas e a esse soma-se o mercúrio, outro elemento tóxico usado para purificar o ouro.

O primeiro sinal de alerta para os habitantes de San José foi a falta de água. “Vimos que não chegava, mas ignorávamos a causa”, conta Ana. “Aos nossos pedidos de explicações, o Ministério da Saúde respondia que são informações confidenciais. É notório como arsênico e mercúrio produzem efeitos devastadores na pele e no sangue”.

Às omissões das autoridades, a comunidade respondeu com uma forte mobilização. “Em 2011 foi-nos dito que em San José não havia projeto nenhum, ou que, talvez, seria implantado naquele local somente um centro comercial. Porém, nós percebemos o engano. Assim, no mês de março de 2012 bloqueamos uma máquina escavadora. A comunidade toda estava lá. Dissemos para nós mesmos: daqui não sairemos!”.

Assim, por mais de três anos, o povo de La Puya – como foi chamada a comunidade em luta – está fazendo protesto não violento à entrada da mina.

Foram organizados turnos de presença de pelo menos 25 pessoas a cada 24 horas. Quem participa organiza as atividades de escola ou recreativas para as crianças, bem lá no local da resistência. Quem não tem possibilidade de ir não deixa de dar suporte, mesmo trazendo alimento para as pessoas que permanecem acampadas diante da mina. Os piquetes – na avaliação de Ana – envolvem no total 22 mil pessoas.

Um fenômeno parecido, de resistência comunitária e partilha, foi igualmente o centro da luta dos Awajun e Wampis na Guatemala. Edwin, representante do protesto do seu povo, na realidade é o porta-voz (*‘vocero’* na língua espanhola) de 65 mil indígenas e recebe a autoridade por um modelo complexo de organizações de base.

Um sistema que Edwin descreve deste modo: “Ao longo do rio Santiago existem 62 comunidades ribeirinhas com seus chefes, chamados *‘após’*. Os *após* se reúnem e criam uma federação. Em seguida, uma assembleia geral elege um presidente de federação. Na província de Condorcanqui existem 12 federações – cada qual tem 60 ou mais comunidades. Eu represento tudo isso”.

O que acomuna essas duas comunidades latino-americanas é a repressão.

Na Guatemala, em 2014, a polícia atacou os manifestantes. “No mês de maio, a polícia nos atacou com gás lacrimogêneo, paus e pedras”, nos conta Ana, que estava presente quando aconteceu o ataque. “Uma companheira, Eva, foi atingida por uma bomba de gás lacrimogêneo. A muitos outros quebraram os ossos”. Hoje,

em San José, a mina está funcionando: a polícia de um lado e, do outro, o plantão permanente de protesto e resistência da comunidade local.

Na Amazônia peruana a repressão da polícia chegou em 2009, quando 6 mil pessoas ocuparam um poço petrolífero. Dali, depois de uma semana, prosseguiram chegando à capital regional Bagua, acompanhados por outros 5 mil indígenas.

“Bloqueamos a estrada durante 15 dias”, conta Edwin. “Depois, chegamos à capital da região Bagua e bloqueamos a cidade inteira para que nos escutassem. O protesto continuou durante 54 dias. O governo não respondeu aos nossos apelos. Nós marchávamos pacificamente e, em resposta, as instituições nos obrigaram a deixar o lugar”. Houve cerca de cem mortos entre os indígenas e 24 entre os policiais (Edwin relata que as vítimas entre as forças de segurança deveriam-se a desavenças internas, dado que muitos deles defendiam as comunidades locais), um *desaparecido* militar, cujo corpo nunca foi recuperado, 204 feridos e 700 pessoas presas.

O ‘*Baguazo*’, como são chamados popularmente aqueles dias de protesto, deixou também um rastro na justiça. São mais de cinquenta pessoas que ainda hoje estão sendo processadas; entre elas, oito têm ordem de prisão imediata. O próprio Edwin, naqueles tumultos, perdeu um irmão e um sobrinho.

A Igreja testemunha

Junto aos acampados que vigiam a mina de San José em Guatemala é celebrada uma Missa uma vez por mês, para agradecer a resistência, sem que ninguém desfaleça.

Após os enfrentamentos, a Igreja local teve um papel ativo para aplacar as ações repressivas da polícia e dos militares. As Igrejas locais conhecem muito bem o peso das repressões e intimidações, que se manifestam com a violência dos paramilitares ou as tentativas de corrupção sobre os líderes do protesto.

Na província de South Cotabato, ilha de Mindanao nas Filipinas meridionais, a Saggitarium Mine Inc. (SMI) trabalha para a sociedade minerária da Helvétia [Glencore Xstrata](#) ao [projeto Tanpakan](#), para a extração de cobre e ouro. “Estão ainda na fase de exploração, mas já estão causando muitos problemas ao ambiente”, observa Padre Joy Pelino, sacerdote que opera na província de Cotabato.

A imensa mina, além de um forte potencial de impacto ambiental, se desenvolve na maior parte numa área habitada pelos indígenas Blàan, que estão sendo fortemente intimidados por sua oposição ao projeto. O processo de perseguição e criminalização dos dirigentes empenhados em defender suas terras e seus direitos é comum, por parte das empresas minerárias na região. É exatamente a isso que padre Joy, em nome da Igreja local de Mindanao, está tentando opor-se.

“A lei ambiental das Filipinas vetaria a utilização de uma mina como esta, a céu aberto e com 1,2 Km de diâmetro”, observa padre Joy. “A companhia, porém, responde que se trata do método mais prático e econômico”. O projeto se estenderia por 10.000 hectares, dos quais 4.000 muito ricos em biodiversidade, com flora e fauna específicas. Seis riachos e o lago no qual deságuam córregos viriam a ser contaminados, alterando deste modo a agricultura da zona (plantações de abacaxi, banana, arroz e milho) e a pesca.

Também neste caso, o impacto ambiental atinge as categorias mais indefesas do povo: as minorias étnicas. É o que é chamado de ‘racismo ambiental’.

“A exploração foi planejada na área habitada dos territórios indígenas Blàan. Se tudo se encaminhar como a companhia quer, os indígenas serão despejados”.

Para os indígenas a terra é tudo: identidade, alma, raízes. Os primeiros habitantes de Mindanao foram os Blàan. Por isso eles estão resistindo contra o projeto minerário, mas estão pagando caro a defesa de seus direitos.

“Apesar de estarmos apenas na fase preparatória, 15 pessoas já foram assassinadas nos últimos três anos (entre eles, uma família inteira e dois líderes da resistência, pai e filho)”, denuncia padre Joy. “Suspeita-se que os autores tenham sido os militares e os agentes de segurança especial das companhias”.

A igreja local posicionou-se sem reservas ao lado dos Blàan. Denunciou as violações, promoveu a dignidade dos povos indígenas, pediu respeito ao direito de autodeterminação, segurança das pessoas e garantia de viver em paz. Em consequência destas denúncias, os militares acusados de crimes contra os indígenas devem agora responder diante da corte marcial.

“Convencidos de que a exploração minerária não pode balançar o custo ambiental e social, apresentamos um pedido com 100 mil assinaturas ao presidente das Filipinas, enquanto os próprios Blàan entregaram mil assinaturas à Comissão Nacional para os Povos Indígenas, pedindo que projeto Tanpakan seja suspenso”.

Por que a igreja de Mindanao faz isso tudo? “É nosso dever procurar a justiça e o bem comum para todas as comunidades atingidas pelas minas”, insiste padre Joy. “Num contexto de sofrimento e perseguição, essa é a missão central da Igreja que prega o Evangelho”.

O pedido de justiça que brota das comunidades e das igrejas locais encontra eco e fonte de coragem nas palavras do Papa, quando convida a indústria mineradora à mudança, em nome daquele “desenvolvimento integral e sustentável” indicado na encíclica (Laudato Si, 13). “O inteiro setor minerário”, escreve ainda o Papa Francisco na mensagem por ocasião do encontro “Unidos a Deus escutamos um grito”, “é indubitavelmente chamado a realizar uma mudança radical de paradigma para melhorar a situação em muitos Países”.

Segue um convite para passar à ação: “Podem dar sua contribuição os Governos nos Países de origem das multinacionais e daqueles em que elas operam, os empreendedores e investidores, as autoridades locais que fiscalizam o trabalho das mineradoras, os operários e seus representantes, as fileiras de abastecimento internacionais com seus vários intermediários e aqueles que operam nos mercados destas matérias, os consumidores de mercadorias cuja produção precisa desses minerais”.

As comunidades locais atingidas pela indústria mineradora desejam que agora a Igreja escute o grito de povo que sofre. É momento certo para fazê-lo, dizem.

ONU

Como se conjuga o direito internacional com os temas da globalização? Uma multinacional - não necessariamente pertencente ao setor minerador – pode ser responsabilizada por violações de direitos e abusos contra pessoas e comunidades? Em caso afirmativo, em qual País deve ser perseguida: no de origem (onde a Lei costuma ser mais rígida) ou no País em que opera? Também graças à pressão da campanha Treaty Alliance, que reúne centenas de organizações e movimentos do mundo leigo e católico, o Conselho dos Direitos Humanos da ONU votou com maioria (mesmo com a oposição europeia, dos EUA e do Japão e a abstenção do Brasil) a resolução em 2014 que impõe a definição de um Tratado Vinculante sobre o tema das violações dos direitos humanos por parte das indústrias multinacionais. “Uma vitória dos pequenos!” - enfatiza Frei Rodrigo Peret, franciscano do JPIC & Mining Project e membro da Treaty Alliance.

“Esta decisão das Nações Unidas confere novamente ao Estado uma tarefa que os interesses industriais lhe haviam subtraído: a tarefa de colocar limites aos abusos provocados pela globalização”. Um subcomitê da ONU propôs uma série de normas para as corporações em 2003, mas não foram aprovadas. Em 2005, o então secretário da ONU Kofi Annan deu ao acadêmico norte-americano John Ruggie o papel de Representante Especial no assunto de Empresas e Direitos Humanos. Ruggie traçou linhas para orientar as empresas a evitarem abusos no âmbito dos direitos humanos, que foram adotadas em 2011 e denominadas [UN Guiding Principles on Business and Human Rights \(UNGPs\)](#). Muitas ONGs, porém, criticaram dois aspectos das linhas de comportamento traçadas por Ruggie: não eram princípios vinculantes para as empresas, e as sanções eram decididas pelas mesmas corporações que cometiam as violações. Dessas críticas nasceu a iniciativa do Tratado, que em seguida foi aprovada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. O grupo de trabalho para a redação do Tratado encontrou-se pela primeira vez em Julho de 2015.

Ernest : desastre de Mount Polley

Os efeitos da atividade minerária não poupam nem o Primeiro Mundo. Entre os maiores, o desastre do Monte Polley, na British Columbia (Canadá), aconteceu no mês de agosto de 2014. Por causa da ruptura de uma represa de grandes dimensões que cercava a bacia de detritos de uma mina de cobre e ouro administrada pela companhia canadense [Imperial Metals](#), entraram nas torrentes e riachos vizinhos grande quantidade de metais pesados, entre eles [níquel, arsênico e chumbo](#). Mais uma vez, a flora, a fauna e os povos locais foram contaminados pelos produtos poluentes – neste caso foram os povos nativos norte-americanos pertencentes às etnias Shuswap e Salish. Representante da comunidade local atingida pelo desastre, o biólogo Ernest Kroeker participou do encontro “Unidos a Deus escutamos o grito”. O lago vizinho, que foi contaminado pelos metais pesados através de um riacho após a ruptura da represa, é o lugar onde se reproduzem centenas de milhares de salmões por ano. Estes salmões, que a cada dois anos sobem do mar para reproduzir-se exatamente no lugar onde nasceram, nadam pelo rio Quesnel e chegam até o oceano Pacífico. Ao longo desse percurso, são pescados de modo tradicional pelas populações locais, que a cada ano consideram a volta dos salmões como um milagre”. Aqueles peixes, no entanto, são bem provavelmente contaminados, não mais comestíveis e nocivos para a saúde de quem os pesca como alimento. A empresa mineradora não se sentiu no dever de limpar o lago. “Nem os legisladores o impuseram”, conclui amargamente Ernest.

JOANA

Joana é um exemplo de luta, e de esperança. Em 2007 a Golden Star, companhia mineradora canadense que opera no Gana, começou a extração no distrito de Pristea Huni-Valley, roubando aos camponeses pedaços de terra com métodos brutais e sem permissão. “De repente -conta Joana- apareceram nos campos letreiros alertando: ‘não ultrapassar’. Mas era o mês de maio, não podia deixar de entrar nos campos para trabalhar a terra”.

Interveio a polícia, que a prendeu junto a seu ajudante. Assim iniciou seu calvário: a cadeia e o processo.

“À polícia declarei de não ter cometido nenhuma violação: a terra subtraída pela Golden Star pertencia a mim e aos meus avôs”. Sua luta continuou no tribunal, onde “tive de me defender sozinha -diz Joana- porque não tinha dinheiro para pagar um advogado”.

Não obstante, um juiz deu-lhe razão, autorizando-a a voltar para a sua terra.

Assim, uma camponesa do Gana torna-se para a sua gente um exemplo, pela determinação e pela força que testemunhou também no encontro “*Unidos a Deus escutamos o grito*”.

À luta de Joana uniu-se à Waca, associação ghanense que mobiliza as comunidades atingidas pela mineração. “A mina a céu aberto trouxe poluição do ar e da água, que é essencial em grande quantidade para as plantações de que vivemos em nossos campos”. Após oito anos, Joana pode dizer que a situação tem melhorado porque “as pessoas tomaram consciência de seus direitos em relação à mineração”.

A brutalidade das desapropriações de terra foi bloqueada. Com a pressão das lutas dos camponeses, o Parlamento ganês aprovou leis que impõem consultar as comunidades locais antes do início da atividade de extração.